



 <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1066>

O Fim de uma Era: a Diplomacia Eclesiástica na ruptura com o autonomismo da Política Externa Brasileira

The end of an Era: the ecclesiastical diplomacy breaking the autonomism within Brazilian Foreign Policy

João Henrique Salles Jung¹

Vitória Abreu²

Lucas Keil³

Resumo

Este artigo tem o intuito de analisar a política externa da primeira metade do governo de Jair Bolsonaro. Levada a cabo por um grupo de personagens não tradicionais, como foi o caso do inexperiente Ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, a inserção internacional do Brasil rompeu com um ciclo autonomista iniciado em fins do século XX ao retomar posições associativistas. Mais do que isso, mostrou-se uma nova disposição do país através de uma retórica tradicionalista e cristã jamais antes adotada enquanto fonte de legitimação política-internacional; há o surgimento de uma nova ontologia na política externa brasileira. Dessa observação surge o conceito de *diplomacia eclesiástica* proposto pelos autores enquanto possível chave hermenêutica para a compreensão da política exterior do Brasil no período, a qual evidencia o fim de uma era.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Inserção Internacional do Brasil; Governo Bolsonaro; Diplomacia Eclesiástica; Ontologia.

Abstract

This article aims to analyze the foreign policy of the first half of Jair Bolsonaro's government. Carried out by a group of non-traditional characters, as was the case of the inexperienced Foreign Minister Ernesto Araújo, Brazil's international insertion broke with an autonomist cycle. This cycle was initiated at the end of the 20th century by resuming associativist positions. More than that, it showed a new

¹ Doutorando em Filosofia pela FernUniversität in Hagen em cotutela com a PUCRS. Professor no Departamento de Relações Internacionais da PUCRS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9234-6866>; Email: joao.jung@puers.br

² Bacharela em Relações Internacionais pela UFRGS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9964-5957>; Email: vitoriasoabreu@gmail.com

³ Bacharel em Relações Internacionais pela UFRGS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0465-6723>; Email: lucascolombo@outlook.com

disposition of the country through a traditionalist and Christian rhetoric never before adopted as a source of political-international legitimation. There is the emergence of a new ontology in Brazilian foreign policy. From this observation emerges the concept of ecclesiastical diplomacy proposed by the authors as a possible hermeneutic key to understand Brazil's foreign policy in the period, which shows the end of an era.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Brazilian International Insertion; Bolsonaro's Government; Ecclesiastical Diplomacy; Ontology.

Introdução

Este artigo visa analisar a Política Externa Brasileira da primeira metade do governo de Jair Bolsonaro. Para que tal trabalho seja empreendido, teoricamente retoma-se as noções de autonomismo e associativismo expostas por Cervo (2008) enquanto eixo estruturante da inserção internacional brasileira ao longo da história. Tendo em vista que o trabalho observa o tempo presente, a metodologia se ocupará em grande parte de fontes primárias, além de uma revisão bibliográfica especializada em Política Externa Brasileira.

Em termos de compreensão conjuntural, defende-se que no governo Temer apontou-se a uma clivagem paradigmática em relação à política externa construída desde meados da década de 90 (JUNG, ABREU e KEIL, 2019). Com Bolsonaro, o redirecionamento de Temer deu lugar a uma abrupta descontinuidade com o paradigma de política exterior do Brasil, retomando um viés associativista em detrimento do autonomismo vislumbrado desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso até o governo Dilma.

O associativismo é uma das duas vertentes tradicionais da Política Externa Brasileira, e até aqui pode-se pensar em uma continuidade com determinado padrão histórico ao resgatar o lado do pêndulo oposto ao autonomismo (CERVO e BUENO, 2014). Logo, falar em uma perspectiva de desenvolvimento associado não figura uma grande inovação; contudo o elemento (clássico) de desenvolvimento foi desvinculado do sentido associativista no que se propõe para a compreensão dos direcionamentos da política externa brasileira no período.

O que merece real atenção nessas novas diretrizes é a sua nova definição ontológica, a razão de ser que compõe a identidade brasileira frente ao mundo e à respectiva forma com a qual o país se insere no contexto internacional. O associativismo tornou-se assim um mecanismo que não busca o desenvolvimento, mas sim, a formação de uma identidade moral comum. Eis o surgimento do conceito

que se propõe aqui enquanto chave hermenêutica para a compreensão do atual momento da política externa brasileira, o de *Diplomacia Eclesiástica*.

A hipótese defendida neste trabalho é a de que a ruptura com o eixo autonomista tem como base uma nova fundamentação ontológica da Política Externa Brasileira por parte do atual governo, que adotando um idealismo expresso na moralidade cristã, se dirige a uma perspectiva associativista modificada. Assim, mais do que elementos tradicionais da vertente associativista, como a aproximação a alguns países-chave, há uma modificação ontológica desta própria noção no que tange o abandono de sua clássica vertente materialista. Essa nova forma de associativismo, alicerçada no idealismo, não se pauta pela proximidade com aqueles que potencialmente garantam melhores condições para o desenvolvimento brasileiro, mas sim, com atores que partilham dos mesmos valores morais. Ao se ter em vista tais fatores, este artigo será organizado - além da introdução e da conclusão - em três seções.

A primeira será responsável por elencar e analisar alguns discursos e diretrizes apontadas pelo atual governo em relação à inserção internacional do país. Aqui será salientada a ênfase nas premissas morais que fornecem a base ontológica presente neste projeto político que ressalta a questão da cultura judaico-cristã enquanto vetor da política externa; disso, propõe-se o conceito de *diplomacia eclesiástica* enquanto potencial tipologia para a compreensão das relações internacionais do Brasil no governo Bolsonaro.

A segunda resgatará a questão do autonomismo na Política Externa Brasileira, mostrando como este eixo é o que deu sustentação à inserção internacional do Brasil na maior parte do período republicano. Será concedida ênfase ao período que compreende do segundo mandato do Governo Fernando Henrique ao fim do Governo Dilma, considerado pelos autores como o último ciclo autonomista da Política Externa Brasileira.

A terceira seção consiste em amarrar as duas seções prévias e colocar como há uma ruptura com a opção autonomista utilizada nos governos anteriores, quebra esta que parte já de uma ontologia diametralmente oposta ao materialismo que fundamentava o pragmatismo na ação internacional da política externa brasileira. Evidencia-se um projeto meramente ideológico⁴ que tem como intuito a

⁴ Isso não quer dizer que períodos marcados pelo pragmatismo representam a ausência de um conteúdo ideológico; compreende-se que qualquer práxis política é composta por elementos

aproximação com um grupo de países que compartilham a mesma matriz cultural judaica-cristã.

A diplomacia eclesiástica: a cristandade como legitimação ontológica da inserção internacional brasileira no governo Jair Bolsonaro

Desde que se consolidou a colônia portuguesa na América, o cristianismo assumiu papel de protagonista na estrutura social da comunidade local incipiente, impondo-se sobre as crenças locais e resistindo como corrente religiosa majoritária até o Brasil atual do século XXI. Ainda que os censos nacionais indiquem uma crescente significativa do cristianismo protestante no Brasil, os dados da Datafolha (2016) demonstram uma clivagem cristã cada vez mais acentuada no país entre católicos e protestantes/evangélicos; a influência dos valores judaico-cristãos, comuns a ambas, parece atingir um patamar sem igual na história do Brasil democrático (BARAJAS, 2018). Se a defesa de políticas públicas e decisões tomadas sob os ideais cristãos já cresciam anualmente no Legislativo por meio da Frente Parlamentar Evangélica, a eleição de Jair Bolsonaro insere essa corrente na esfera Executiva do Estado.

A intersecção entre religião e política, indevido à república laica, pode incorrer em uma alteração substantiva dos direcionamentos tomados pelo Brasil no âmbito das relações internacionais, como já demonstram as ações do novo governo. Do mesmo modo, os discursos feitos pelo presidente e seus aliados desde o período eleitoral até então indicam uma inédita inserção internacional brasileira legitimada pela moral religiosa. A proposição conceitual que este artigo faz sobre a emergência de uma *diplomacia eclesiástica* surge a partir de um resgate etimológico e histórico da noção de eclesiástico.

A origem da palavra remete a tempos ainda pré-cristãos. Sua raiz é a palavra grega *ekklesia*, traduzida por “assembleia”. Ainda do grego, *ekklesiastikos* se referia à assembleia ateniense, sendo *ekklesiastes* dirigido a um sentido como “membro de uma assembleia”. Posteriormente, no latim, *ecclesiasticus* passou a ter uma

ideológicos. Contudo, o que se aponta é o fato da ideologia deixar de ser um secundário elemento intrínseco a toda ação e pensamento político em vias de se tornar a própria estrutura da política externa aqui estudada. Por questões de escopo, o debate sobre o conceito de ideologia não será aqui realizado, o que demanda um trabalho por si só. Entende-se aqui, enfim, que a ideologia constitui um conjunto de pensamentos, fundamentados em valores, que se reflete na ação política, seja ela nacional ou internacional.

conotação ligada à Igreja Católica, referente a seus membros. O livro bíblico de *Eclesiastes* evidencia a conotação atual do termo. Em sua dimensão histórica, toma-se aqui como referência a reforma eclesiástica promovida no século XI, que tinha o intuito de restabelecer padrões morais da Igreja Católica em um período conturbado (RUSSELL, 2000). Logo, o conceito aqui proposto de *diplomacia eclesiástica* se refere a uma prática diplomática que tem como intenção o pertencimento a um grupo que compartilhe o mesmo padrão moral; é buscado o *tornar-se* membro de uma assembleia comum. Nesse caso, tal assembleia é aquela composta por países que compartilham a mesma matriz cultural judaica-cristã; Estados Unidos e Israel apontam enquanto tipos-ideais dos parceiros buscados por esta nova orientação.

Ainda quando sua candidatura à presidência era negociada nos bastidores, Bolsonaro já se empenhava em construir uma imagem enquanto representante dos postulados cristãos. Em 2016, foi batizado por Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus, nas águas sagradas do Rio Jordão, em Israel (ALMEIDA, 2019). Interpreta-se aqui que o episódio foi fundamental para que o público evangélico, majoritariamente conservador, assumisse Jair Bolsonaro como seu candidato, de modo a atenuar assimetrias entre os protestantes e o candidato assumidamente católico. Utilizando-se da Bíblia, de Jesus e de Deus como âncoras para ideias conservadoras, Jair Bolsonaro elegeu-se obtendo 69% dos votos entre a população evangélica, cerca de 11 milhões de votantes a mais nesse grupo do que o opositor Fernando Haddad (PT), enquanto a diferença de votos totais entre os dois foi de apenas 10,76 milhões de votos (ALVES, 2018). Assim, pode-se perceber a importância da absorção do eleitorado cristão para a vitória no pleito à presidência.

No discurso de posse direcionado ao Congresso, o já eleito Presidente iniciou agradecendo a Deus por estar vivo, proferiu o termo mais cinco vezes nos nove minutos de fala e concluiu com o lema da campanha, “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Na cerimônia de posse frente à população, voltou a repetir este slogan por sete vezes. Ao longo dessa fala, mencionou “ideologia” cinco vezes, sempre com aspecto negativo, e por quatro vezes exaltou o valor da família. Em seus pronunciamentos, Bolsonaro convocou “nossa tradição judaico-cristã” a fim de unir o povo e as famílias contra a “ideologia de gênero” (BRASIL, 2019a, s/p), bem como criticou ideais progressistas, que caracterizou como “ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade” (BRASIL, 2019b, s/p). Finalmente, prometeu levar a cabo relações internacionais

livres de vieses ideológicos - discurso absorvido do governo Temer. Isso vai de encontro às declarações de campanha em que o presidente criticou a integração latino-americana, o comércio com a China e a boa relação entre o Brasil e o Mundo Árabe (TATEMOTO, 2019), todos estes fundamentais para a economia brasileira e inseridos na tradição multilateral que historicamente rege a política externa brasileira (CERVO, 2008).

Os nomes escolhidos por Jair Bolsonaro para pôr em prática essa política externa concentraram-se no amparo ideológico de Olavo de Carvalho e deram prosseguimento a uma agenda que em definitivo rompeu com o que se tinha até então no Itamaraty (GUIMARÃES, 2019). As nomeações de Ernesto Araújo como chanceler *de jure*, Filipe Martins como assessor internacional e a atuação de Eduardo Bolsonaro como chanceler *de facto* na primeira visita oficial do pai à Casa Branca, meses antes de ser considerada sua indicação como embaixador em Washington, transgrediram as hierarquias do Itamaraty. Preocuparam-se mais em atender demandas ideológicas do que em atribuir papéis de representação internacional aos candidatos mais qualificados para a função.

Em aula magna ministrada a turmas do Instituto Rio Branco, em março de 2019, ao ser questionado sobre os valores e as características nacionais importantes para a formação da política externa, Ernesto Araújo respondeu que “antes de mais nada, é a questão da fé cristã”, justificando que o conservadorismo e a cristandade haviam sido subrepresentados nos governos anteriores (ARAÚJO, 2019, s/p). Na mesma fala, definiu a civilização brasileira enquanto “civilização ocidental, greco-romana, judaico-cristã”, destacando a importância do Brasil enquanto segundo maior país desse grupo civilizacional, atrás somente dos Estados Unidos. Salientou, ainda, a relevância das relações com Israel para o país:

Israel, para muitos brasileiros, por causa da sua fé, é a Terra Santa, tem uma associação, é onde está o Santo Sepulcro. Isso não é algo banal. É claro que, para uma civilização totalmente tecnocrática, tanto faz, mas para pessoas que têm outro tipo de conexão com seu próprio passado, com sua realidade, com sua fé, no caso, é diferente. Então tem esse aspecto simbólico, no sentido não de menor significação, mas no sentido de símbolo, no sentido mais profundo, é também fundamental na nossa relação com Israel. (ARAÚJO, 2019, s/p)

Como explorado amplamente por Vigevani e Calandrin (2019), as relações do Brasil com Israel passaram por um período de continuidade desde que Luiz

Inácio Lula da Silva reconheceu o Estado da Palestina, em 2010, até o fim do mandato de Michel Temer. Isso mesmo com todas as alterações internas pelas quais passou o país, no que se enfatiza o *impeachment* de Dilma Rousseff. Ainda que a retórica em relação a Israel tenha se tornado mais amigável, tanto o comércio quanto a cooperação nas áreas tecnológicas e securitárias permaneceram inalteradas (VIGEVANI e CALANDRIN, 2019). Todavia, há uma clara aproximação entre os dois países a partir de Bolsonaro, que chegou a anunciar a troca da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, à exemplo de Donald Trump, antes de recuar e alocar na cidade um escritório de negócios.

Além da medida estratégica, é simbólica a visita do presidente a Israel logo no início do mandato, em março, rompendo com a tradição diplomática brasileira de priorizar aliados sul-americanos ou parceiros comerciais nas primeiras viagens de chefes de Estado. Através de discurso em Tel-Aviv, Bolsonaro relembrou seu batismo no Rio Jordão, elogiou o país e referiu-se ao então primeiro-ministro Benjamin Netanyahu como um “irmão” (NINIO, 2019). Israel representa menos de 1% do comércio brasileiro, infligiu déficit de US\$847,8 milhões ao Brasil em 2018 e a cooperação tecnológica independe do alinhamento político há décadas, não restando outra justificativa razoável para a priorização do país que não o interesse em aproximar-se dos Estados Unidos e da *eclésia* judaico-cristã.

No tocante aos Estados Unidos, o presidente brasileiro consecutivamente demonstrou a guinada associativista da política externa brasileira, rompendo com o autonomismo flagrado a partir do segundo governo de Fernando Henrique e mantido até o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (CERVO e BUENO, 2014; CERVO e LESSA, 2014). Jair Bolsonaro e Donald Trump firmaram acordo para utilização pelos estadunidenses da Base de Alcântara (MA), uma resolução amplamente questionada pela opinião pública e que ainda carece de aprovação do Congresso Nacional (SENADO FEDERAL, 2019). De maneira não recíproca, o Brasil removeu a necessidade de visto para visitantes dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e da Austrália - todos aliados de Washington. De caráter simbólico, porém absolutamente contrário ao pragmatismo que historicamente circunda a diplomacia brasileira, Bolsonaro modificou seu *slogan* de campanha em Dallas e proferiu “Brasil e Estados Unidos acima de todos”, no que prestou continência à bandeira estadunidense.

Apesar das questões ontológicas tenderem a não receber grande importância na teoria das Relações Internacionais até tempos recentes (WENDT, 1999), principalmente naquelas presentes até o que se convencionou denominar de *terceiro debate teórico* (LAPID, 1989), devemos reconhecer que estas estão presentes em todo o pensamento sobre o internacional. É possível acrescentar ainda que é uma variável incorporada em qualquer estudo social por carregar a noção de *ser*, o que justifica sua função central na construção do trabalho que aqui se empreende. Se a política externa brasileira traz em seu acumulado diplomático (CERVO, 2008) uma ontologia materialista que teve como cerne a preocupação com a superação do subdesenvolvimento no nível estrutural, o atual governo muda a chave ontológica ao predispor de um idealismo que baseia seu padrão de relações externas em pressupostos morais, Ocidentais e, por fim, cristãos.

A próxima seção se ocupará de resgatar o que se denomina aqui de *último ciclo autonomista* da Política Externa Brasileira em vias de estabelecer um contraste ao que foi até então assinalado enquanto prática e mentalidade da política exterior do Governo Bolsonaro.

Do tucano à estrela: o último ciclo autonomista na política externa brasileira

Desde o início da diplomacia brasileira, no século XIX, é possível reconhecer um padrão estrutural de política externa configurado em alinhamentos e desalinhamentos com as potências vigentes, ou seja, alterna-se entre dois eixos: o associativista e o autonomista (CERVO, 2008). Soares de Lima (1990) explica que trocas de paradigmas baseadas nas ideias de dependência e de autonomia são inerentes às relações internacionais das potências médias, visto que esses países, por estarem em uma escala de poder intermediária, apresentam uma variabilidade de padrões de comportamento, por vezes aproximando-se de países menores, por vezes de potências (SOARES DE LIMA, 1990). Sob a conceituação de Ricardo Sennes (2003), adota-se aqui a concepção de que o Brasil faz parte deste grupo.

Assim, analisa-se brevemente como essas mudanças no padrão de inserção internacional aconteceram desde o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2003) até o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, considerando seu impeachment e as indicações de quebra de paradigma

durante o governo de Michel Temer. Segundo Cervo e Lessa (2014), o autonomismo e a busca pelo protagonismo do Brasil nas relações internacionais começa a ser estruturado no período de FHC para ter seu ápice na era Lula. No entanto, ressalta-se aqui que não houve uma continuidade clara durante o governo Dilma (CORNETET, 2014), questão que aparenta se modificar de modo gradual desde o governo Temer (JUNG, ABREU e KEIL, 2019) e de forma abrupta a partir do início do mandato de Jair Bolsonaro.

Há uma mudança paradigmática fundamental para o histórico da política externa brasileira durante o período Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). A partir do que se desenhou durante Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), consolida-se a reconfiguração da ideia de desenvolvimento interno isolado para uma pauta de política externa que seja orientada pela agenda de crescimento do país (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007). O Brasil assume uma posição proativa no cenário internacional, objetivando uma autonomia não mais mantida pelo insulamento em si mesmo, mas por um comportamento que visava a integração e a expansão das interações com a realidade externa (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

A chamada *autonomia pela integração* (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003) visava atender às necessidades de crescimento internas do país, sejam elas econômicas ou sociais, por meio de uma agenda internacional voltada aos temas importantes e ciente das especificidades nacionais. Além da já prevista conversão do Mercosul⁵ de área de livre-comércio para uma união aduaneira, há o início das tratativas de acordo do bloco com a União Europeia, negociações da ALCA⁶, ampliação das relações bilaterais em todos os continentes e aproximação aos demais países emergentes; todos sintomáticos do processo de integração internacional das relações exteriores brasileiras (SILVA, 2012; VISENTINI, 2012). O caráter pluralista a que se dirigia a política externa nacional atendia à tradição universalista da diplomacia brasileira (CERVO, 2008), fundamental para que o país obtivesse autonomia e capacidade de assegurar sua autodeterminação frente à presença de uma potência mundial e regional como eram os Estados Unidos (CERVO, 2008; CERVO e BUENO, 2014; CERVO e LESSA, 2014).

A visão de ampliação da participação diplomática brasileira buscando a autonomia pela integração é o principal legado do período FHC (VIGEVANI,

⁵ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

⁶ Associação de Livre-Comércio das América (ALCA).

OLIVEIRA e CINTRA, 2003). A realidade sul-americana está historicamente atrelada à influência da hegemonia estadunidense no continente, potência com a qual o Brasil importou-se em manter bons termos, mas cuja capacidade de persuasão e coerção eram perceptivelmente danosas à autonomia brasileira. Dessa forma, parece que assumir uma posição ativa nas relações internacionais foi vital para que o autonomismo fosse adotado de maneira bem-sucedida pelo Itamaraty no século XXI.

Em seus dois mandatos consecutivos - de 2003 a 2010 - Lula da Silva não só seguiu a vertente autonomista, como a aprimorou; apesar disso, o ex-presidente não seguiu os mesmos direcionamentos de FHC. Tal perspectiva pode ser percebida pela nomeação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, um grande crítico da política externa do governo de Fernando Henrique, para a Secretaria Geral do Itamaraty (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007). Nesse cenário, para Vigevani e Cepaluni (2007) - ao contrário de Cervo e Bueno (2014)⁷ - não pode ser percebida uma ruptura significativa dos paradigmas de política externa no Brasil, dado que algumas das ações tomadas pelo presidente Lula foram braços de questões em curso durante o governo de FHC. Ainda assim, mesmo seguindo o mesmo paradigma, houve mudanças importantes quanto ao destaque concedido às questões abertas quanto à política externa brasileira, já que ambos se diferenciavam em preferências e crenças, o que resulta em diferentes interpretações e ideologias dos dois ex-presidentes. Isso fez com o governo Lula da Silva tivesse como meta resultados mais específicos nas negociações exteriores, buscando desenvolver o Brasil economicamente ao passo que preservava a política autônoma (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

A diplomacia da era Lula é classificada como um período que seguia a *autonomia pela diversificação* segundo Vigevani e Cepaluni (2007), ou seja, que tinha como objetivo proceder mudanças de ações inspiradas na ideia da *autonomia pela distância* em um cenário internacional que se assemelhava mais ao da *autonomia pela participação/integração*. Ainda, a expressão *ativa e altiva*, cunhada pelo Chanceler Celso Amorim - quem seguiu no posto durante os oito anos

⁷ Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2014) argumentar que a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso pode ser compreendida a partir do paradigma de *Estado Normal*, ao contrário do governo Lula, que teria aprimorado uma série de questões na agenda da política externa em vias de elaborar o paradigma de *Estado Logístico*. Opta-se neste artigo pela visão de Vigevani e Cepaluni (2007), a qual encontra respaldo também em obras como a de André Reis (2012).

de mandato - é uma importante alegoria para se compreender as intenções das relações internacionais do Brasil neste governo. Sendo assim, a política externa de Lula da Silva manteve uma postura multilateralista, que defendia a soberania nacional, o que era, por vezes, interpretado como um sentimento de liderança, pelo menos em nível regional. Além disso, o panorama de *autonomia pela diversificação*, além de implicar na busca por alternativas nas relações com outros Estados, levou em consideração a capacidade de intervir em questões que não dizem respeito a interesses imediatos, ou seja, intervir em questões que se referem a bens públicos internacionalmente reconhecidos.

A maior parte das iniciativas tomadas pela gestão de Lula encontra-se no âmbito das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, com destaque para a Índia, África do Sul, China e Rússia e aos países da América do Sul. Este segundo objetivo segue a diretriz do *Pragmatismo Responsável*, posto em prática no governo de Geisel (CERVO e BUENO, 2014). Sabe-se que esse processo de reaproximação com os países do Sul passou a ser realizado paulatinamente durante o final do governo Fernando Henrique, quando o país se uniu à Índia e à África do Sul nas questões das patentes de medicamentos contra o HIV. Contudo, o início da diversificação de parcerias foi desenvolvido e aplicado somente na política externa do ex-presidente Lula da Silva (SILVA, 2015).

Por fim, cabe considerar que a gestão de Lula da Silva, nas questões de política exterior, não se desligou da função histórica da diplomacia brasileira: o de utilizar a política externa como vetor do desenvolvimento econômico, visando assim diminuir vulnerabilidades. Durante a administração Lula, as relações com os países do Norte, incluindo os Estados Unidos da América, eram consideradas de extrema importância, visto que, assim, a diplomacia brasileira era capaz de se equilibrar e ter um maior poder de barganha no cenário internacional (VISENTINI, 2012; VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

No governo de Dilma Rousseff - de 01/2011 a 08/2016 - foi possível notar rupturas e continuidades na política externa. Assim, apesar da manutenção de alguns direcionamentos anteriores, como a ampliação da presença diplomática na África, especialmente em países lusófonos; houve uma maior tendência ao bilateralismo, em detrimento do multilateralismo (CASARÕES, 2017; VIGEVANI e CEPALUNI, 2007). Vale notar que a administração Dilma ainda se manteve sob a

perspectiva autonomista, apesar do declínio relativo no padrão de qualidade da política externa (CERVO; LESSA, 2014).

Mesmo sendo possível notar o intuito de Dilma Rousseff em dar continuidade às ações de política externa apresentadas nos dois mandatos de Lula em relação à inserção do Brasil no continente africano e ao Sul-Global, houve uma clara contenção dessas atividades, em parte, por conta de seu desinteresse pessoal com a política internacional no geral. Nesse momento da política externa brasileira, é possível reconhecer falhas do programa de política externa de Lula que não foram reparadas, ao passo que as ações acertadas não são corretamente prorrogadas (CERVO e LESSA, 2014). Um exemplo disso pode ser percebido no que tange à representação externa: na gestão Lula da Silva, em seus 8 anos de presidência, 67 postos diplomáticos e 40 embaixadas foram inauguradas; em Dilma Rousseff, ao longo do seu primeiro mandato, foram criadas somente 10 novos postos e 8 embaixadas (CORNETET, 2014).

Ainda assim, uma vez que se confirma um nível de continuidade nos ideais autonomistas de política externa anunciados no governo Lula, não se pode indicar uma ruptura de paradigma na política externa de Dilma Rousseff com a de Lula/Amorim. A menor altivez na política exterior de Dilma e de seus chanceleres representaram uma regressão de intensidade do autonomismo, mas, ainda assim, este fenômeno não caracterizou uma alteração de alinhamento (CORNETET, 2014). O clima político em meio ao qual toma posse Michel Temer e o processo de impeachment de Dilma Rousseff impediram que a política externa durante os dois anos deste tivesse qualquer capacidade propositiva. A ação diplomática concentrou-se em manter a imagem de legitimidade do novo governo, sem que houvesse a definição de uma agenda clara. Entretanto é perceptível desde o começo deste governo um processo de realinhamento mirando o associativismo, sendo exemplares o isolamento brasileiro em fóruns multilaterais e o afastamento frente aos demais países emergentes (JUNG, ABREU e KEIL, 2019).

“Livre de conveniências e preferências ideológicas” foi como definiu sua política externa o chanceler José Serra, destacando a importância dos parceiros tradicionais, como os Estados Unidos (MRE, 2016, s/p). Segundo Gian Luca Gardini (2011), os países da América Latina historicamente se inserem externamente através de uma tensão entre pragmatismo e ideologia. Não necessariamente concordando com essa asserção, tal dualidade entre uma política externa

pragmática versus outra ideológica mostra-se como uma possibilidade de interpretação cada vez mais importante ao contexto latino-americano; neste caso, brasileiro. Assim, os autores consideram o período político nacional compreendido entre 2016 e 2018, agitado internamente e apático externamente, como um preâmbulo ao programa associativista ideológico de inserção internacional de Jair Bolsonaro e do ministro Ernesto Araújo.

A ruptura com o autonomismo e o início de um novo ciclo

O governo de Jair Bolsonaro marcou uma dupla ruptura com mais de 20 anos de política externa anterior: (i) na clivagem do autonomismo ao associativismo e (ii) na própria matriz ontológica adotada pelo atual governo. Nesse sentido, tais descaminhos é o que aponta a inserção internacional do Brasil ao fim de uma era. Nestes novos tempos, o associativismo ensaiado mas não efetivamente concretizado por Michel Temer (JUNG, ABREU e KEIL, 2019), é adotado enquanto eixo da política externa brasileira desde o início do mandato do atual governo. No plano ontológico, a *diplomacia eclesiástica* rompe com as clássicas diretrizes materiais que dirigiam o empreendimento da política externa brasileira ao longo de sua história. Como apontado por João Jung (2020), a antiga noção de insulamento burocrático do Itamaraty, que garantiria à política externa uma certa autonomia em relação às demais políticas públicas, mostra-se hoje como um mito em tempos de submissão total da diplomacia ao projeto ideológico do atual presidente.

A partir do argumento de Gardini (2011) sobre o contexto latino-americano aludido anteriormente, o trabalho de Saraiva e Silva (2019) disserta sobre uma dupla presença de pragmatismo e ideologia no atual governo. A partir das bases que sustentam o atual governo, haveria uma ala ideológica - olavista - e outra pragmática - militar - que influenciariam mutuamente a política externa brasileira. Contudo, a realidade evidencia uma tendência exclusiva à ideologia enquanto força motriz da inserção internacional do Brasil nos dois primeiros anos de Jair Bolsonaro, evidenciada através de discursos e práticas nocivas ao desenvolvimento do país - como as que foram e ainda serão citadas ao longo deste artigo. Novamente, defende-se aqui que a ontologia da atual política externa brasileira partiu do plano material ao idealista, o que logicamente retira o desenvolvimento enquanto teleologia da participação brasileira na política internacional.

Há uma clivagem paradigmática que altera todo o desenho da política exterior do país. Seguindo a conceituação de Charles Hermann (1990) sobre os redirecionamentos que levam um país a alterar sua forma de relacionamento com o exterior, argumenta-se aqui que há uma clivagem na (i) orientação, nas (ii) metas e no (iii) programa, três áreas que estruturam a inserção internacional de um país.

Ainda é cedo para elaborar estudos que analisem conclusivamente os impactos dessa clivagem ainda em curso; contudo, através de análises conjunturais, compreende-se que o Brasil entrou em uma seara de relações privilegiadas e não recíprocas, o que dificilmente trará um resultado positivo ao país. Em Jung (2020) já se aponta alguns importantes direcionamentos da política externa de Bolsonaro, que contrariando a tradição multilateralista que marcou os governos anteriores, aposta em uma agenda bilateral com os países aos quais pretende se associar. Ainda mais, há um ataque aos fóruns multilaterais, explicitado através de discursos capitaneados por Ernesto Araújo que expressaram preocupação com o “globalismo” dos tempos presentes. Através de uma má hermenêutica nietzschiana⁸, o então Ministro das Relações Exteriores acusou o marxismo e o nazifascismo - colocando estes em um mesmo arcabouço - de serem responsáveis pelo ataque ao cristianismo e a sua moral (MRE, 2019b). Esqueceu-se das relações, principalmente do fascismo italiano, com a Igreja - questão esta que não abrange o escopo deste artigo.

O ciclo iniciado por Bolsonaro/Araújo, mais do que exibir uma agenda propositiva de política exterior, revelou um impulso destruidor no que se refere ao acumulado diplomático brasileiro, revelando a utopia de uma orientação internacional que visa começar do zero. O abandono do materialismo que buscava o desenvolvimento em prol de um idealismo que visa a formação de uma identidade moral-cristã comum é a pedra angular deste ciclo, no que se revela uma inovação em comparação com qualquer parte da história da política exterior do Brasil, pelo menos em sua fase republicana.

Se a política externa brasileira era marcada por sua característica conciliatória, com Bolsonaro houve a exploração de tensões incomuns à prática diplomática brasileira, como são exemplos: (i) sua visita a Taiwan durante

⁸ Argumenta-se tal má hermenêutica pelo fato de o Chanceler ter se valido apenas de um bordão para justificar seu argumento, o clichê “Deus está morto”, em vias de dar uma outra conotação a esta e aproximar o filólogo alemão ao movimento de dissolução do cristianismo. Contudo, Ernesto Araújo esquece que a crítica de Nietzsche dirige-se centralmente à moral cristã, sendo a base de boa parte de suas obras e presente em livros-chave da bibliografia do pensador como é o caso de *Além do bem e do mal* e *Genealogia da Moral*.

campanha eleitoral, gerando constrangimentos com a China; (ii) a declaração de que a Embaixada brasileira em Israel seria transferida para Jerusalém, de modo a conflitar com o mundo árabe; (iii) os ataques à Venezuela e o discurso de que uma ação bélica em relação ao país não era descartada, tensionando o ambiente sul-americano; (iv) as constantes acusações de dolo chinês no que tange o alastramento do Coronavírus em vias de se tornar uma pandemia (KALOUT, 2020); (v) a oposição brasileira na OMC⁹ à proposta da Índia e da África do Sul em suspender patentes relacionadas à propriedade intelectual de vacinas e medicamentos para o combate do vírus supracitado (WU e KHAZIN, 2020). Essas são apenas algumas mostras de uma nova prática diplomática que contrasta com os posicionamentos tradicionais do Itamaraty.

Considerando ser possível destrinchar cada um dos exemplos acima aludidos, considera-se aqui o mais emblemático o ponto (v), pois através dele é evidenciado uma dupla inversão. Isso porque tanto a Índia quanto a África do Sul correspondem a parcerias estratégicas firmadas pelo Brasil ao longo das últimas décadas, fato materializado no fórum IBAS¹⁰, responsável pela alavancagem do eixo Sul-Sul nas relações internacionais (VISENTINI, 2012). Além, o Brasil historicamente adotou a posição de país em desenvolvimento nas questões relacionadas à quebra de patentes farmacêuticas, ou seja, defendia uma flexibilização da propriedade intelectual em vias de possibilitar uma maior democratização de tratamento farmacêutico. Nisso, é emblemático o papel que o Brasil teve no tratamento do vírus da AIDS no fim da década de 90 (NAVARRO, 2011).

Enfim, evidencia-se a amplitude da ruptura que representa o advento do governo Jair Bolsonaro à política externa brasileira. Em Gilles Ferragu (2014) há a elaboração do conceito de *potência moral*¹¹, atribuída ao Vaticano através da atuação da Santa Sé enquanto ator internacional. O que se vê na política externa brasileira hoje é uma busca por tal poder moral, uma espécie de *soft power* que, se faz sentido a um agente *sui generis* como o Vaticano, para um país como o Brasil se mostra um equívoco estratégico. Essa falta de assertividade se mostra através do que se tem enquanto resultado da inserção internacional brasileira no governo

⁹ Organização Mundial do Comércio, que até 1994 era denominada de General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).

¹⁰ Grupo composto por Índia, Brasil e África do Sul, criado em 2003.

¹¹ Traduzido do termo original em francês, *puissance morale*.

Bolsonaro até então, que buscando fazer parte de um grupo moralmente unido, acabou por se tornar *persona non grata* na sociedade internacional.

Como diria o ex-Ministro Ernesto Araújo (BITENCOURT e SCHUCH, 2020, s/p): “Sim, o Brasil hoje fala de liberdade através do mundo. Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária”. Tem-se enquanto síntese uma política externa puramente ideológica, voltada estritamente a um sentido idealista do comportamento internacional. Contrastando com o pragmatismo que também faz parte do *acumulado diplomático* brasileiro (CERVO, 2008), prioriza-se um ideal em detrimento dos resultados possíveis de se obter através da política externa (GARDINI, 2011). A falta de orientação a resultados percebida na atual orientação do Itamaraty já traz resultados catastróficos à inserção internacional do Brasil. Não havendo qualquer sinal de mudança por parte do atual governo, apenas uma brusca mudança na política doméstica pode levar a redirecionamentos externos.

Considerações finais

Percebe-se que o momento da política externa brasileira estudado marca o fim de uma era no que tange às relações internacionais do Brasil. Com um breve resgate do período anterior, disposto entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Michel Temer, interpreta-se uma ruptura com a prática de inserção internacional do país, realidade que dá início a uma diplomacia que pode ser interpretada através do conceito de *diplomacia eclesiástica*. Desse modo, o Brasil abandonou não apenas o eixo autonomista, como também a matriz ontológica que caracterizou o próprio associativismo quanto este foi matriz da política exterior brasileira.

Assim, tem-se um novo associativismo, pautado não mais pelo pragmatismo do desenvolvimento associado, mas sim, por um idealismo do compartilhamento de valores morais. Com mais de dois anos de governo, tanto o Presidente Jair Bolsonaro quanto o Chanceler Ernesto Araújo mantiveram o discurso e a prática que colocaram o ideal de uma união de países judaico-cristãos acima dos benefícios econômicos, objetivo primordial da política externa, assim como a vista nos governos antecessores.

Neste artigo propõe-se uma análise de tal tempo, questão esta que traz desafios e obstáculos para o manuseio científico do objeto de estudos quando

comparado a trabalhos que tomam um certo distanciamento histórico. O mesmo ocorre ao se considerar a troca ministerial nas relações exteriores do Brasil, quando o Embaixador Carlos França sucede a Ernesto Araújo. Contudo, fontes primárias e resultados econômicos já percebidos possibilitam a defesa da hipótese aqui trabalhada, a de que houve a emergência de uma *diplomacia eclesiástica* em curso na prática diplomática brasileira. Essa, pautada por uma ontologia idealista em detrimento do clássico materialismo que balizou a conduta externa do país, não coloca mais o desenvolvimento como teleologia da inserção internacional do Brasil. Esboça-se o desenho de um novo paradigma ainda não possível de ser definido; do mesmo modo, apesar de ser perceptíveis mudanças no comportamento internacional do Brasil a partir da supracitada mudança ministerial, é cedo para avaliar se a *diplomacia eclesiástica* perdeu seu lugar no governo Bolsonaro.

Essa pretensa aliança moral traz consigo uma série de desafios, como seu caráter personalista que corresponde à ligação mais com personagens do que com Estados em si; recentemente, um dos pilares do movimento conservador global, Donald Trump perdeu as eleições que miravam um novo mandato enquanto Presidente estadunidense. A vitória de Joe Biden e suas prioridades opostas a de seu antecessor colocam Jair Bolsonaro em uma posição desconfortável, pois sua aliança com os Estados Unidos era pautada pelo compartilhamento de valores entre ambos chefes de Estado. Em um contexto de relações desgastadas com a China, maior parceira comercial do Brasil no século XXI, as mudanças domésticas dos Estados Unidos deixam o Itamaraty em um perigoso vácuo político. Cabe agora observar se haverá alguma reorientação na política externa brasileira ou se a *diplomacia eclesiástica* se manterá a despeito da excomunicação de Donald Trump.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de (2018). **Bolsonaro atraiu evangélicos com batismo e conservadorismo, diz antropólogo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/10/bolsonaro-voto-evangelico.htm/>>. Acesso em: 24/07/2019.

ALVES, José E (2018). **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 24/07/2019.

ARAÚJO, Ernesto (2019). **Aula Magna do Ministro de Estado das Relações Exteriores para Alunos do Instituto Rio Branco**. Disponível em: <<http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2912>>. Acesso em: 26/07/19.

BARAJAS, Karina B. Pánico moral y de género en México y Brasil: rituales jurídicos y sociales de la política evangélica para deshabilitar los principios de un estado laico. Rio de Janeiro: **Religião e Sociedade**, v. 38, n. 2, pp.85-118, mai/ago, 2018.

BITENCOURT, Rafael e SCHUCH, Matheus. **Se falar em liberdade nos faz um pária internacional, que sejamos um pária**. Valor, O Globo, 22/10/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/se-falar-em-liberdade-nos-faz-um-paria-internacional-que-sejamos-um-paria-diz-ernesto-araujo.ghtml>>. Acesso em: 25/03/2021.

BRASIL (2019a). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional**, 01 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 08/04/2019.

BRASIL (2019b). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**, 01 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>>. Acesso em: 08/04/2019.

CASARÕES, Guilherme. **Inserção Internacional em um cenário de crise**. In: WESTMANN, Gustavo. *Novos Olhares sobre a Política Externa Brasileira*. Contexto: São Paulo, 2017, cap.2, pp.37-52.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado. Brazil 's rise on the international scene: Brazil and the world. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. esp., pp. 7-32, 2010.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Ed. rev.ampl. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

CERVO, Amado Luiz e LESSA Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.57, n.2, pp.133-151, 2014.

CORNETET, João. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. In: **Conjuntura Austral**, v.5, n.24, pp.111-150, jun.-jul, 2014.

DATAFOLHA (2016). **44% dos evangélicos são ex-católicos**, 28 de dez., 2016. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>>. Acesso em: 09/08/2019.

FERRAGU, Gilles. Philosophie et diplomatie: le Saint-Siège et l'invention du concept de <puissance morale>. In: **Histoire, Économie & Société**, v.33, n.2, pp.95-106, 2014.

GARDINI, Gian L. **Latin American foreign policies between ideology and pragmatism: a framework for analysis**. In: GARDINI, Gian e LAMBERT, Peter. Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism. New York: Palgrave Macmillan, 2011, cap.1, pp.13-33.

GUIMARÃES, Samuel P (2019). **A Política Externa Brasileira**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/artigo-or-a-politica-externa-brasileira-por-samuel-pinhoiro-guimaraes/>>. Acesso em: 26/07/2019.

HERMANN, Charles. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. In: **International Studies Quarterly**, v.34, n.1, pp.3-21, 1990.

JUNG, João, ABREU, Vitória e KEIL, Lucas. **Clivagem paradigmática na Política Externa Brasileira: os fóruns multilaterais enquanto indicadores de novos rumos no Governo Temer**. In: KERR, Lucas (org.). Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional. Foz do Iguaçu: NEEGI/ Porto Alegre: ISAPE, 2019, pp. 374-389.

JUNG, João. Política externa em tempos de crise: o desengajamento multilateral do Brasil sob o Governo Bolsonaro. In: **ISAPE Debate**, n.7, pp.1-14, 2020.

KALOUT, Hussein (2020). **Bolsonaro's Failed Diplomacy Leaves Brazil Isolated as Pandemic Rages**. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2020/07/07/bolsonaro-failed-diplomacy-brazil-isolated-coronavirus>>. Acesso em: 23/08/2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) (2016). **Discurso do Ministro José Serra por ocasião da Cerimônia de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissaodo-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 26/07/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) (2019a). **Discurso do Ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/RESENHA_124_-_Primeiro_Semestre_de_2019.pdf>. Acesso em 09/10/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) (2019b). **Discurso do senhor Ministro de Estado por ocasião da abertura do Seminário sobre**

“**Globalismo**”, da FUNAG. Disponível em:

[https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/RESENHA_124 -
Primeiro Semestre de 2019.pdf](https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/RESENHA_124_-_Primeiro_Semestre_de_2019.pdf). Acesso em: 27/10/2019.

NAVARRO, Julio Cesar. **O Acordo TRIPS e suas repercussões sobre o acesso a medicamentos**. O caso do HIV/AIDS no Brasil e no México: "direito de patente" vs. "direito à vida". Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Departamento de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

NINIO, Marcelo (2019). **Ao chegar a Israel, Bolsonaro chama Netanyahu de 'irmão' e promete relançar relação bilateral**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/ao-chegar-israel-bolsonaro-chama-netanyahu-de-irmao-promete-relancar-relacao-bilateral-23563581/>>. Acesso em: 24/07/2019.

RUSSELL, Bertrand. **History of Western Philosophy**. London: Routledge, 2000.

SARAIVA, Miriam Gomes e SILVA, Álvaro Vicente. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. In: **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 64, pp. 117-137, dez, 2019.

SENADO FEDERAL (2019). **Acordo com os EUA veta uso militar da Base de Alcântara, esclarece ministro**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/28/acordo-com-os-eua-veta-uso-militar-da-base-de-alcantara-esclarece-ministro/>>. Acesso em: 26/07/19.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, André Luiz. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). In: **Contexto Internacional**, v.37, n.1, pp.143-184, 2015.

SILVA, André Luiz. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: **Carta Internacional**, v.7, n.1, pp. 20-34, 2012.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. In: **Contexto Internacional**, n. 12, pp. 7-27, jan./dez. 1990.

TATEMOTO, Rafael (2019). **Governo Bolsonaro ignora princípios que orientam atuação do Itamaraty há dois séculos**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/15/governo-bolsonaro-ignora-principios-que-orientam-atuacao-do-itamaraty-ha-dois-seculos/>>. Acesso em: 24/07/2019.

VIGEVANI, Tullo e CALANDRIN, Karina. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts? In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n. 1, pp. 1-25, 2019.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. In: **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo e CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. Elsevier: Rio de Janeiro, 2012.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: University Press, 1999.

WU, Xiaoping e KHAZIN, Bassam. Patent-related actions taken in WTO members in response to the COVID-19 pandemic. In: **WTO Staff Working Paper**, Geneva, No. E RSD-2020-12, 2020.

*Recebido em: 11/07/2022.
Aprovado em: 28/08/2022.
Publicado em: 29/08/2022.*